

153

## ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CONANDA

As onze horas do dia onze de julho de dois mil e sete, na sala 425 - Ed. Anexo II do Ministério da Justiça deu-se início a 153ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda. A abertura dos trabalhos foi feita pela Senhora Presidente Carmem Silveira de Oliveira, Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. A Assembléia contou com a presença dos conselheiros titulares: Thereza de Lamare, Ministério da Saúde; Luis Fernando de Lara Resende, Ministério do Planejamento-Orçamento e Gestão; Cristina de Fátima Guimarães, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; José Eduardo Romão, Ministério da Justiça. Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Mariana Bandeira, Casa Civil da Presidência da República; Deuzineia da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego. Conselheiros não Governamentais Titulares presentes: Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria; Antonio Pereira da Silva Filho, Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas; Ariel de Castro Alves, Movimento Nacional dos Direitos Humanos; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Fábio Feitosa da Silva, União Brasileira de Educação e Ensino; José Ricardo Calza Caporal, Associação Cristã de Moços; Loiva Terezinha Dietrich, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Maria Aurilene Moreira Vidal, Conferência Nacional dos Bispos, do Brasil; Maria Ignês R. Souza Bjerrenbach, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Maria Luiza Moura de Oliveira, Conselho Federal de Psicologia; Miriam Maria José dos Santos, Inspeção São João Bosco; Raimunda Núbia Lopes da Silva, Central Única dos Trabalhadores. Por motivo de ausência justificada da representante da Ordem dos Advogados do Brasil foi convocado e esteve presente assumindo a titularidade o conselheiro Manoel Onofre da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça. Conselheiros Suplentes não Governamentais presentes: Elenice Baptista, Aldeias Infantis SOS Brasil; Gerson Pacheco, Fundo Cristão para Crianças; Maria Dolores Pinto, Federação Nacional das Apaes. **D) Abertura dos Trabalhos, aprovação da pauta desta plenária e da ata 152ª Assembléia Ordinária:** A Senhora Presidente fez a abertura da Assembléia cumprimentando a todos e em seguida, submeteu a Pauta à Plenária, tendo a mesma sido aprovada, com a inclusão do item "entrega do Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas ao Presidente da Câmara dos Deputados". Com relação à Ata da assembléia anterior, foi informado que a mesma não seria submetida à aprovação, considerando a necessidade de uma série de ajustes à mesma. Neste sentido, a Senhora Presidente solicitou aos conselheiros que enviassem suas contribuições via e-mail para serem sistematizadas, ficando a sua aprovação para a próxima Assembléia no mês de agosto. A Senhora Presidente informou também sobre a proposta do conselheiro Fábio de realizar uma entrevista coletiva com a imprensa em comemoração ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, porém, a proposta foi ponderada pela Senhora Presidente, alegando que, marcar uma coletiva no dia da abertura oficial dos Jogos Pan-americanos poderia não haver o interesse por parte da mídia. A Senhora Fernanda Monturil, Representante do Ministério do Esporte, manifestou-se favorável a Coletiva, alegando a importância de se divulgar os trabalhos do Conselho em favor da criança e do adolescente, aliando este trabalho ao esporte. Afirmou que mesmo com a abertura do Pan, haveria o interesse da imprensa em divulgar a notícia. O conselheiro Ariel propôs centrar a divulgação no Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas que seria apresentado no dia seguinte no Congresso Nacional, pois segundo ele, o Conanda havia avançado em várias áreas do Estatuto, mas em relação ao ato infracional ainda estava aquém. A conselheira Maria Luiza também se manifestou solidária a proposta apresentada. O Conselheiro Ricardo Caporal sugeriu que o foco das atenções dos próximos dias doze e treze, fosse voltado ao Sinase e ao Projeto de Lei. Neste sentido, a Senhora Presidente informou que seria feito um release para o dia doze sobre o Projeto de Lei e outro release para o dia treze, sobre o Aniversário de dezessete anos do Estatuto da Criança e do

Adolescente. O Conselheiro Eduardo Romão deu a idéia de que no primeiro release, fosse destacada também, a questão da maioridade penal e que no segundo fosse divulgada a atuação do Conanda, dando ênfase a sete razões para comemorar o aniversário e uma razão para contestar, que era a redução da idade penal. O Conselheiro também informou a todos, que no dia doze seria lançada (reeditada) uma nova portaria da classificação indicativa destacando a sua importância para o Conselho. Neste momento foram levantadas inúmeras ações positivas de abrangência nacional às quais tiveram a participação efetiva do Conanda para a sua concretização. (Seque a relação dos sete pontos aprovados pela maioria dos conselheiros: 1) Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária; 2) Sistema Nacional Socioeducativo – Sinase e Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas nº 476 / 07; 3) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação; 4) Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes / Disque 100; 5) Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente; 6) Classificação Indicativa; 7) Realização de 07 Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Como ponto negativo foi eleito pelos conselheiros a aprovação neste ano da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal que trata da redução da maioridade penal, em descompasso com a normativa internacional e, por consequência, em dissonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante aos adolescentes até dezoito anos um tratamento diferenciado dos adultos por sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O Conanda apontou, ainda como desafios urgentes a perseguir, a redução das desigualdades sociais e regionais, o respeito às peculiaridades inerentes às questões de raça, etnia, gênero, orientação sexual e pessoa com deficiência, reconhecendo que ações com o Pacto Nacional “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido”, conduzido pelo Unicef, tinha contribuído para assegurar melhores condições de vida e promoção dos direitos da população infanto-juvenil. Foram ressaltados que tais impactos e avanços foram possíveis pela articulação dos variados atores sociais, tanto governamentais, quanto não-governamentais, fóruns de entidades e órgãos de defesa dos direitos infanto-juvenis: Poder Judiciário, Ministério Público, Conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares, além de organismos internacionais. Os conselheiros Eduardo Romão, Ricardo Caporal, Cristina, Onofre e Carmem ficaram responsáveis pela elaboração do release. **II – Audiência Pública sobre a Redução da Maioridade Penal:** No período da tarde os conselheiros foram à Câmara dos Deputados para participarem da Audiência Pública sobre Redução da Maioridade Penal, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias daquela Casa de Leis. No segundo dia da Assembléia, os trabalhos foram realizados na Sala de Reunião de número trezentos e quatro, do Edifício. Sede do Ministério da Justiça, conforme segue: **III - Apresentação do PPA 2008/2011 - Fase qualitativa:** A Senhora Presidente fez a abertura dos trabalhos cumprimentando a todos e em seguida apresentou o novo Gerente do Programa Socioeducativo da Subsecretaria, Senhor Manoel Formigle e o Senhor Benedito Rodrigues dos Santos, primeiro Vice-Presidente do Conanda, que naquele momento estava assumindo as funções de Secretário Executivo do Conselho e a Coordenação do Programa Pró-Conselho Brasil. Confirmou também a Entrevista Coletiva com a imprensa para as doze horas. Considerando a importância da continuidade dos trabalhos da Assembléia nem todos os conselheiros poderiam estar presentes, assim, a Coletiva seria representada por ela, enquanto Presidente do Conanda, pela Vice-Presidente, Senhora Júlia Deptulski e pelo conselheiro Manoel Onofre. **IV - Apresentação do PPA 2008/2011: 1) Ministério da Saúde:** O representante do Ministério da Saúde, Senhor Marcus César Ribeiro Barreto, fez uma rápida explanação sobre o objetivo do Ministério da Saúde, dizendo que, além da lei orçamentária e do PPA o Ministério tinha um recorte familiar e que neste ano havia sido feito um grande enxugamento no Programa. Citou que as ações se dividiam em sub ações (adequação da rede) e que o objetivo era ampliar e promover o acesso da população aos serviços. Destacou as Sub-ações de apoio aos Municípios e aos Estados no cuidado à saúde do adolescente, capacitação de profissionais na área da saúde no que tange a implementação do atendimento neonatal, ampliação e qualificação no atendimento ao recém-nascido, atenção, ampliação e qualificação no atendimento as crianças no semi-árido e áreas de

fronteiras entre outras. Declarou que, grande parte das ações era feita pelo SUS e pela Vigilância Sanitária. Destacou ainda outras ações, como: vigilância e prevenção de doenças não transmissíveis como a violência, o apoio à medicação a excepcionais, a promoção da assistência farmacêutica e insumos estratégicos na Atenção Básica em Saúde; Atenção Especializada em Saúde Mental - CAPE, a estruturação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, entre outras. O Senhor Marcus informou que essas eram algumas das ações, mas que existiam outras que atingiam crianças e adolescentes, porém estavam embutidas em outros programas. Após a apresentação da síntese abriram-se os debates tendo sido registrados os seguintes pontos: a) A conselheira Beatriz indagou qual era o compromisso do Ministério da Saúde em relação às crianças da Amazônia, destacando que na cidade de Parintins havia um alto índice de portadores do HIV; b) A conselheira Loiva indagou sobre o programa Volta para Casa; c) O conselheiro Ricardo Caporal indagou como estava sendo feito o programa de Volta para Casa que atendia crianças psicoativas; d) A conselheira Aurielene indagou se havia alguma proposta do Ministério para o atendimento de crianças e adolescentes moradores de rua; e) A conselheira Maria Ignês indagou sobre a existência de alguma ação para as oficinas terapêuticas; f) A conselheira Carmem indagou se havia alterações desse PPA em relação ao anterior. O Senhor Marcus informou que: em relação à questão da saúde indígena o Ministério já tinha uma ação denominada Nutrição Indígena e que até o PPA de 2007 existia uma parceria com a o Ministério da Aeronáutica para a distribuição de sistemas imunológicos, porém desconhecia os motivos desta parceria não ter sido incluída no novo PPA. A conselheira Thereza esclareceu que o Programa de Volta Para Casa tinha um apoio financeiro no valor de um salário mínimo, com o objetivo de incentivar as famílias que possuíam parentes, inclusive crianças e adolescentes em manicômio, a receberem as pessoas de volta ao lar e que o CAPES havia sido criado e direcionado para os portadores de transtorno mental, porém, o Ministério da Saúde estava tentando ampliá-lo para atender pessoas que haviam sofrido algum tipo de violência.

**2) Ministério do Trabalho e Emprego:** - O Senhor Alisson, Coordenador de Planejamento daquele Ministério fez a apresentação das ações sobre o Programa Primeiro Emprego, destacando o Empreendedorismo. Foi informado que o público alvo do programa era o jovem entre dezesseis e vinte e quatro anos, sem nenhum registro de trabalho e com renda per capita de meio salário mínimo. Ele explicou que o Programa estava sofrendo mudanças na Diretoria, o que havia dificultado o trabalho dos coordenadores. Com relação ao Programa de Qualificação e Inserção de Jovens informou que o mesmo era composto de curso com 400 horas/aula, sendo dividido em duas etapas. A primeira com 200 horas/aula de educação básica qualificada e a outra com 200 horas/aula, de qualificação específica (tele marketing, automobilismo etc), de acordo com a demanda do mercado. Além disso, o Ministério incentivava o jovem a se tornar um empreendedor, visto que, após o encerramento do curso o jovem que não tivesse condições financeiras, além formação profissional qualificada teria uma ajuda financeira (por meio de empréstimos) para abrir o seu próprio negócio. Segundo o Senhor Alisson, todos se beneficiavam com isso: o jovem, por receber qualificação dentro das empresas parceiras do Ministério no Programa Primeiro Emprego e as empresas parceiras, pois teriam como compromisso inserir trinta por cento destes jovens já qualificados, além de receber um selo de qualificação. A Coordenadora de Planejamento do Ministério do Trabalho e Emprego, Milena Souto fez a apresentação do Programa de Qualificação do Ministério esclarecendo que o mesmo tinha como foco os trabalhadores vulneráveis, e que o mesmo atendia a faixa etária de dezesseis a vinte e quatro anos. Informou que os recursos eram oriundos do Programa Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Esclareceu que a execução era descentralizada e o Ministério não tinha ingerência sobre o mesmo. Esclareceu, também, que no próximo PPA era compromisso do Ministério investir um bilhão de reais no Programa. Informou, que havia tido melhoras no Planfor, em relação à carga horária e a área pedagógica. Prosseguindo, a Coordenadora destacou a Continuidade do Processo de Implantação e Reforço a Participação do Controle Social e que os jovens eram encaminhados pelo SINE. Ressaltou que a negociação era realizada: diretamente com as empresas, Sindicatos, Cooperativas, Associações, Empresas Parceiras e Empresa Executora. Os programas eram focados de acordo com o período. Esclareceu que para o jovem fazer parte do programa, tinha que estar matriculado regulamente na escola, como

incentivo na continuação dos estudos. Com relação à Aprendizagem no Âmbito do PNPE – Ação Pró Ativa o objetivo do Ministério era aumentar potencialmente a contratação de jovens aprendizes garantindo a inclusão de jovens com perfil no PNPE e também articular, estabelecer e monitorar termos de cooperação. **3) Ministério da Cultura:** A conselheira e Coordenadora Thaís Borges fez a explanação dos projetos do Ministério voltados a crianças e adolescentes, alegando não haver nenhum programa direcionado exclusivamente a crianças e adolescentes. Esclareceu que foram levadas algumas propostas ao Ministro da Cultura para que fossem incluídas no PPA 2008/2011, citando algumas delas como: a atualização de oficinas de teatro, arte e música, apoio a eventos literários, musicais, exibição de filmes, documentários, apoio a crianças e adolescentes em situação de pobreza e miséria, moradores de periferias necessitando de orientações de higienização nas escolas, apoio a projetos direcionados a crianças e adolescentes especiais, portadores de HIV, ribeirinhas e quilombolas. Apoio a projetos de cenógrafos, artesãos, fotógrafos, músicos, apoio à promoção da cidadania. A conselheira esclareceu que o Ministério estava analisando a viabilidade de emissão de edital para que crianças e adolescentes apresentassem trabalhos on-line sobre as ações do Ministério, e que estaria sendo disponibilizados um milhão de reais para essas ações. **4) Ministério do Esporte:** A Senhora Marisa de Castro, fez apresentação do Programa e de Projetos e Ações voltados à Infância e a Adolescência no PPA 2008/2011. Informou que os objetivos setoriais daquele Ministério eram promover o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e lazer; programar e desenvolver o Sistema Nacional de Esporte e Lazer; ampliar e qualificar a infra-estrutura do esporte e lazer no país; fomentar a geração de emprego e renda, a indústria nacional potencializando o crescimento do país. Informou que a criação do PPA daquele Ministério tinha sido feita por consulta aos setores internos, por resoluções da II Conferência Nacional do Esporte e consulta ao Conselho Nacional do Esporte. Esclareceu que o objetivo do Programa Segundo Tempo era: democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, ocupando o tempo ocioso das crianças, adolescentes e jovens, com diversas modalidades esportivas e ações complementares que eram desenvolvidas no espaço físico da escola ou espaços comunitários; o apoio a crianças, adolescentes e jovens expostos aos riscos sociais; o apoio a projetos esportivos sociais voltados para criança e adolescentes em parceria com o Conanda / FNCA; o funcionamento de núcleos de esportes educacional. Ressaltou a importância da parceria com estados e municípios para a implantação dos programas sociais daquele Ministério. Com relação ao Programa Esporte e Lazer da Cidade, ressaltou que os objetivos eram: promover o desenvolvimento de atividade de esporte recreativo e de lazer para as crianças, adolescentes, idosos e pessoas com necessidades especiais e pessoas com famílias que tinham renda per capita de meio salário mínimo. Informou que estes dois programas já tinham sido implantados nas comunidades quilombolas e indígenas. Quanto ao Programa Inclusão Social pelo Esporte (Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania) foi informado que os objetivos eram: contribuir para a inserção social e a produção de material esportivo por comunidades em situação de vulnerabilidade social. Com relação ao Projeto Implantação e Modernização de Infra-Estrutura Esportiva, foi informado que o mesmo visava à construção, reforma, ampliação ou modernização de espaços esportivos em parceria com a comunidade em geral. A Senhora Mariza esclareceu que o Programa mais Educação, desenvolvido em parceria com os Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura, visava fomentar a educação integral de crianças, jovens e adolescentes, por meio de apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar. Informou ainda que o Ministério participará com a implantação de núcleos esportivos nas vinte e sete Unidades da Federação, bem como equipamento para os mesmos. **VI – Apresentação do Unicef:** A representante do Unicef, Senhora Helena informou que foram produzidos alguns materiais e por indicação dos conselheiros seriam distribuídos naquele momento. As publicações eram: a) Pró-Convivência Familiar e Comunitária, uma coletânea de histórias de violência com nove capítulos; b) publicação “A Análise da Violência”, um relato do desafio de enfrentamento entre crianças e adolescentes. Neste momento, o conselheiro Onofre leu a nota pública produzida pelos conselheiros indicados na reunião anterior com a inclusão das sete ações consideradas mais relevantes realizadas pelo Conanda e aprovadas no dia anterior pelos conselheiros. A Senhora Presidente informou que a

Assessoria de Comunicação havia feito algumas correções na Nota. Foi aprovado que a referida Nota Pública deveria ser encaminhada como release à imprensa em geral, e a todas entidades relacionadas no documento, além de ser inserida no site do Conselho.

**VII Entrega do Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas ao Presidente da Câmara dos Deputados:** As quatorze horas os conselheiros foram recebidos no Gabinete do Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia - PT-SP, para a entrega do Projeto de Lei, pelo Senhor Ministro Paulo de Tarso Vanuuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, solicitando o empenho daquela Casa de Leis para aprovação da matéria. Estiveram presentes ao Ato inúmeros Parlamentares, representantes de Organizações Não Governamentais e Organismos Internacionais. O Presidente da Casa se comprometeu envidar esforços, embora reconhecesse as dificuldades que deveriam enfrentar. Neste sentido, solicitou o empenho do Conselho e dos conselheiros a fim de subsidiar os Parlamentares nas discussões sobre o Projeto de Lei.

**VIII - Trabalho das Comissões Temáticas:** Após o retorno do Congresso Nacional as Comissões Temáticas se reuniram para discutir assuntos de interesse de suas áreas de atuação. As nove horas e vinte e cinco minutos do dia treze de julho deu-se prosseguimento aos trabalhos da Assembléia pela Senhora Presidente, que cumprimentou a todos pelo aniversário de dezessete anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seguida, deu-se continuidade aos pontos de pauta conforme segue:

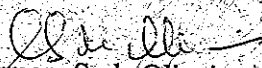
**IX - Relato dos Trabalhos da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional e das Comissões Temáticas:**

**1) Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional.** O Conselheiro Fábio fez o relato dos trabalhos, informando que havia sido discutidas questões sobre a metodologia da Conferência, definição dos materiais a serem utilizados, o perfil dos facilitadores, a tabela de investimento financeiro e o contato com a Empresa prestadora de serviços. Após o relato abriu-se o debate, tendo sido aprovado os seguintes encaminhamentos: a) enviar aos conselheiros estudos de cor dos materiais para a Conferência (camisetas, bonés, bolsas); b) elaborar perfil dos facilitadores para serem definidos na próxima Assembléia do mês de agosto; c) encaminhar ofício aos Conselhos Estaduais informando sobre: número de propostas (3) para os temas das Conferências Estaduais, Distrital, Municipais e Nacional; o prazo de entrega dos relatórios das Conferências Estaduais e a participação dos delegados nas Conferências Municipais / Estaduais / Distrital para a Nacional; d) enviar correspondência convidando painelistas da VII Conferência conforme indicação da Comissão; e) viabilizar a representação do Conanda nas Assembléias estaduais; elaborar cronograma das assembléias e sugerir a Presidência e a Comissão, nomes de conselheiros de acordo com as afinidades temáticas, proximidade e otimização dos recursos financeiros; f) solicitar parecer jurídico sobre a Votação de adolescentes na VII Conferência Nacional; g) agendar próxima reunião da Comissão.

**2) Comissão de Políticas Públicas:** O conselheiro Ariel fez o relato dos trabalhos propondo os seguintes encaminhamentos: a) solicitar ao Unicef mapeamento das legislações dos países com sistema de proteção e à idade penal - elaborar síntese dos dados para subsidiar os Parlamentares; b) agendar para as próximas assembléias visitas ao Congresso Nacional, visando fortalecer a tramitação do Projeto de Lei no Congresso Nacional; c) envidar esforços junto aos conselhos e fóruns estaduais dos direitos da criança e do adolescente para a realização de lobby junto à bancada de parlamentares de seus estados pela rápida tramitação do Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas e contrária a redução da idade penal; d) manter contatos com a Senadora Patrícia Saboya para viabilizar o Mandado de Segurança sobre a idade penal; e) compor Grupo de trabalho para acompanhamento do Projeto de Lei. Solicitar indicação de nomes segundo número e paridade aprovadas: dois conselheiros governamentais e dois não governamentais da Comissão de Políticas Públicas; um conselheiro governamental e um não governamental das Comissões de Mobilização e Formação e da Comissão de Orçamento e Finanças; f) realizar seminário para traçar estratégias de implementação do Sinase e do Projeto de Lei; g) solicitar audiência com o Presidente da República (em conjunto com o Fórum Nacional Peti, Presidente do Conanda e Secretaria Executiva, cujo foco da audiência deverá ser centrado no Projeto de Execução das Medidas Socioeducativas e na VII Conferência Nacional; h) agendar reunião conjunta com o Conselho Nacional da Juventude para a próxima Assembléia do Conanda; i) responder ao CNAS o agendamento da reunião conjunta das Comissões de Políticas Públicas dos

dois conselhos, no dia quatorze de agosto de dois mil e sete; **J)** realizar mobilização junto ao Judiciário objetivando sensibilizar acerca do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, com destaque ao abrigo; participar do Encontro do Fonaciad; **I)** discutir com o Conselho Nacional de Justiça as medidas do pacote de segurança pública que será encaminhado à Presidência da República; **m)** elaborar parâmetros acerca da excepcionalidade e brevidade de abrigo; **n)** construir KIT Conanda, composto de dois folders simplificados e apresentações em power point sobre o Sinase, PNCEC e Orçamento; **o)** realizar mapeamento de boas práticas para subsidiar a ação do Conanda e da SPDCA de aplicação das medidas socioeducativas para subsidiar a ação parlamentar contrária ao rebaixamento da maioria penal; de programas de convivência familiar e comunitária; de gestão compartilhada entre os vários níveis da unidade federada (federal, estadual e municipal); **p)** solicitar avaliação dos projetos da ABMP, Fórum Nacional DCA, Fonaciad, Fonacondica e Foncaij; **q)** agendar audiência com o Ministério do Trabalho e Emprego, para tratar sobre Aprendizagem entre os quatorze e dezesseis anos; **r)** enviar correspondência ao Fórum Nacional Peti indicando os nomes dos conselheiros Antonio, como titular e Júlia, como suplente; **s)** enviar correspondência a Conaeti informando a indicação dos representantes do Conanda: conselheira Miriam, como titular e Antonio, como suplente; **t)** solicitar aos representantes do GT Peti e Aprendizagem a apresentação de cronograma com reuniões para os dias que antecedem a Assembleia do Conanda; **u)** encaminhar ofício aos palestrantes para o debate: Plenária de Sensibilização sobre a criança indígena; **v)** encaminhar ofício às seguintes autoridades do Rio de Janeiro: Prefeito Municipal, Governador, Procurador Geral de Justiça e para o Presidente da República e o Procurador Geral da República, com cópia aos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos do Rio de Janeiro, sobre a situação permanente de risco em que estão vivendo criança e adolescentes do Rio de Janeiro, principalmente das que vivem nas comunidades das Favelas do Complexo do Alemão, entre outras; **x)** pautar apresentação de relatório de vistoria nas unidades da Fundação Casa de Tatuapé. **3) Comissão de Mobilização e Formação:** A conselheira Mariana apresentou o relato enfocando os seguintes pontos: **a)** pautar para Assembleia do mês de agosto a retomada das discussões do Anteprojeto de Lei sobre os conselhos tutelares; **b)** levantamento parcial da produção de conhecimento na área de criança e adolescente; **c)** pautar o treinamento em Mídia Training para o mês de setembro; **d)** solicitar aos conselheiros informar com urgência a possibilidade de representar o Conanda nas ações da Caravana Comunidade Segura que serão realizadas nas cidades do: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Vitória e Brasília; **e)** indicar o nome da conselheira Maria Luiza para participar da oficina sobre redução da maioria penal, promovida pelo Conselho Nacional da Juventude; **f)** a Comissão deverá indicar o perfil do consultor para a elaboração de Resolução com os Parâmetros de criação e funcionamento de Delegacias Especiais, Defensorias, Varas Especializadas e NAI; **g)** rever a Cartilha Passo a passo do Pró-Conselho Brasil para inclusão do tema diversidade (crianças e adolescentes quilombolas e indígenas) e enviar para publicação. **4) Comissão de Orçamento e Finanças:** o Conselheiro Fábio apresentou o relato da Comissão, destacando os pontos que seguem: **a)** solicitar aos Ministérios que apresentaram as propostas dos PPA 2008 / 2011 para enviarem ao Conanda as respectivas propostas orçamentárias a fim de fortalecer as ações que prevenissem o contingenciamento dos recursos orçamentários aprovados; **b)** solicitar ao Inesc a disponibilização da memória de cálculo do Orçamento Criança e Adolescente e a realização de uma radiografia dos Estados sobre Orçamento Criança e Adolescente; **c)** realizar oficina sobre a metodologia de cruzamento do PPACA e o Orçamento Criança e Adolescente; **d)** pautar apresentação da sistematização dos dados das audiências públicas sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos fundos dos direitos da criança e do adolescente pelo consultor Maurício Viam, para a Assembleia do mês de agosto; **e)** viabilizar a contratação de consultoria para elaboração do Plano de Captação de Recursos para o Fundo Nacional; **f)** enviar e-mail aos conselheiros contendo a relação completa dos dados sobre os projetos aprovados por meio do Guia de Orientações (repescagem); **g)** realizar advocacia junto ao Congresso Nacional para a aprovação da Lei de Responsabilidade Social e Fiscal. Encaminhamentos comuns a todas as Comissões: **a)** agendar as ações programadas para o mês da referida assembleia para a sua implementação segundo o Planejamento Estratégico do

Conselho; b) ordenar com urgência os assuntos elencados no Seminário com os conselheiros do Conanda para alinhamento dos eixos temático da VII Conferência; e) convidar a Subsecretária Substituta Márcia Soares para fazer um relato da sua viagem à Espanha na próxima assembléia do Conanda; d) solicitar e agendar apresentação das pesquisas do Ilanud e do Ibam sendo a do Ibam para o mês de agosto; e) o Conanda realizar um mutirão junto aos Conselhos Municipais e Estaduais acerca da inscrição de entidades de abrigo; f) observar o pacto federativo; g) apresentar orçamento conjunto 2007-2008 (indicativo); h) reunir Mesa Diretora (Presidente, Vice-Presidente, coordenadores das Comissões) com o Secretário Executivo para encaminhar as deliberações das assembléias do Conselho. **X - II Relatório da Rede de Monitoramento do Plano Presidente Amigo da Criança e do adolescente - PPACA:** A Senhora Presidente informou sobre a Rede de Monitoramento do PACA, esclarecendo que, caso fosse preciso mais tempo para a apresentação, poderia agendar para continuidade em uma outra assembléia. **O Superintendente da Fundação Abrinq,** Senhor Fernando, cumprimentou a todos informando que o mesmo relatório já havia sido apresentado na Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados. Ressaltou a importância do Conanda para esse monitoramento e em seguida fez uma breve apresentação sobre a Formação da Rede de Monitoramento, os Pressupostos e as Dificuldades do mesmo. Informou que o segundo relatório analisava, a partir das metas estabelecidas nos relatórios do governo referentes aos exercícios de dois mil e quatro e dois mil e cinco. Esclareceu também sobre a falta de recursos para a implementação de diversas ações previstas no plano, apresentando informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos, regionalmente em saúde, educação e proteção social. O Senhor Fernando ressaltou a necessidade do compromisso de todos os entes federados, além da sociedade civil para a melhoria de vida da criança e do adolescente. A representante da Comunidade Baha'is do Brasil, Senhora Mary, solicitou o apoio do Conanda nesta rede de monitoramento para monitorar as políticas públicas de fato. O conselheiro Ricardo Caporal agradeceu a todos pela iniciativa e pela contribuição da Abrinq, assim como os demais parceiros, solicitando a todos continuarem nessa caminhada. A Senhora Presidente sugeriu para que a rede se articulasse mais fortemente com os governos estaduais, para que eles também assumissem esse compromisso. Esclareceu também que o atraso deste ano havia ocorrido pelo fato de formulação da Agenda Social e pela elaboração do PPA 2008 / 2011, porém os mesmos proporcionarão grandes avanços. A Senhora Presidente agradeceu a presença dos representantes da Rede, parabenizando-os pela apresentação. Continuando, fez a apresentação do novo Chefe de Gabinete do Ministro Paulo Vannuchi, Senhor Vinicius, que se apresentou, ressaltando a importância do Conanda e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Encerrando os trabalhos a Senhora Presidente convidou a todos para participarem do Coquetel em homenagem aos dezessete anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não tendo mais nada a ser tratado, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

  
Carmem S. de Oliveira  
Presidente